Família e individualismo: um contexto interdisciplinar

RONALDO DA COSTA FORMIGA

Este artigo tem como objetivo central uma discussão da problemática que envolve os tópicos indivíduo, família e sociedade. Para tal, estaremos nos apoiando em alguns trabalhos organizados com base em ênfases distintas a cada um destes três temas.* Percorreremos, assim, um duplo caminho: uma apresentação inicial dos diversos vínculos que unem os tópicos acima mencionados para, em seguida, aproximarmos a especificidade de cada trabalho a determinados momentos deste diálogo mais amplo que abrange inúmeras questões que, no seu conjunto, caracterizam a referida problemática. A primeira parte de nossa exposição exigirá, por sua vez, que optemos por um relativo isolamento de um dos temas para que sejam feitas, progressivamente, as associações condizentes com as diversas etapas de seu desenvolvimento. Partiremos, deste modo, de considerações relativas às transformações ocorridas na história da constituição da célula familiar e, paralelamente, tentaremos perceber as relações existentes com o surgimento de domínios específicos a estes reajustes internos à família. Estaremos, portanto, voltados para certos pontos referentes ao afloramento de uma esfera do "privado" e, simultaneamente, para a problematização de noções como individualidade, identidade e outras que, como veremos, desembocará na própria compreensão dos motivos que levam à estreita ligação entre áreas de conhecimento, a princípio distintas quanto ao seu objeto, como é o caso da psicologia e das ciências sociais.

VELHO, G. & FIGUEIRA, S. (org.) *Família, psicologia e sociedade.* Rio de Janeiro, Campus, 1981.

De acordo com nosso trajeto apontado na introdução, iniciaremos este trabalho a partir do que compreendemos como etapas constitutivas de uma história da família. É com este objetivo que tomaremos como base certos autores que, em suas análises, partem de algumas premissas comuns.[1] Entre elas, a idéia de um movimento gradativo de hipertrofia da família diferenciando-a de épocas anteriores em que inexistia um domínio específico àquela. Diversos fatores teriam intervindo neste processo, podendo-se extrair, no entanto, uma certeza quanto aos seus efeitos, isto é, a família passa a se caracterizar por uma ambigüidade. Ao mesmo tempo em que se torna um espaço próprio à concentração da afetividade, possibilitando, assim, os meios pelos quais aproxima-se do que constitui o domínio do privado, atua, também, como a via mais eficiente de eliminação do indivíduo. Este passaria a encontrar na família o único reduto de sua privacidade simultaneamente a uma submissão ao núcleo familiar que, para formar-se em fonte produtora e canalizadora de emoções, necessita opor-se ao mundo externo, anulando, deste modo, seus membros enquanto seres dotados de uma singularidade exclusiva em favor de sua realização enquanto um indivíduo coletivo.[2] Vejamos com mais detalhes, a que corresponde a citada ambigüidade da família, uma vez tendo sofrido tal movimento sobre si mesma a que se refere, principalmente, Ariès (1978).

Presume-se (com Simmel) uma estreita correlação entre uma complexificação da vida social e um maior espaço para o desenvolvimento da individualidade, ou seja, a expansão do círculo social permitiria a formação de personalidades específicas face à imprecisão com que se caracterizaria o conjunto das normas sociais. No entanto, a ligação entre ambos os pólos implica uma forma intermediária que assuma um compromisso mediador entre as exigências de cada qual respectivamente. Trata-se, aqui, do duplo papel exercido pela família ao se ver frente às imposições contraditórias vindas seja da sociedade, seja do indivíduo. Por seu

---

1 Uma outra versão referente ao mesmo processo mas que, no entanto não será abordada aqui é a apresentada por Foucault. Este autor supõe a família na sua forma contemporânea (surgida no século XVIII) como promovendo a superposição dos dispositivos da aliança e da sexualidade e, como tal, sendo criadora de paradoxos. Ver *História da Sexualidade*, Graal, 1977.

2 Utilizamos esta noção a partir de Dumont, L. Ver, especialmente, suas obras *Homo Hierarchicus* e *Homo Aequalis*.

lado, Ariès supõe que as transformações sociais ocorridas a partir do século XVIII teriam propiciado ao Estado uma área de controle disseminada impedindo a constituição de pequenos núcleos fora do seu "olhar inquiridor". Este mesmo movimento em que a sociedade se torna mais bem ajustada seria contemporâneo do que já nos referimos como a produção de um setor privado onde a família centralizaria o único refúgio possível para o exercício de tais sentimentos denunciadores de individualidades que escapariam à sociedade global. Neste sentido, poderíamos afirmar, com Ariès, ser a célula familiar (pais/filhos) ao mesmo tempo domínio individual e meio que possibilita perpetuar a indiferenciação com que se abastece a sociedade em seu projeto de nivelamento através do qual exerce seu controle exaustivo.[3] Em outros termos, a acentuada privatização da família reafirma, por oposição, as bases ordenadas sobre as quais se constrói o Estado. Deste modo, torna-se inteligível sua afirmação de que a família não teria se transformado em um *espaço* individual, uma vez que para que se constitua enquanto um setor diferenciado anula quaisquer movimentos discriminadores no seu interior.

Da mesma maneira, o argumento acima citado (com base nas colocações de Simmel) referente à junção círculo social ampliado/individualidade desenvolvida encontra na família o mesmo procedimento de absorção/neutralização desta suposta expansão, isto é, o movimento de liberação de individualidades é tragado pelo núcleo familiar que sintetiza, assim, ambas as funções de agente produtor de identidades diferenciadas e de membros destituídos de unicidade dada a similiaridade existente entre sujeitos que compartilham uma mesma essência e/ou sangue. Assim, o que poderia parecer como duas posições teóricas opostas mostra, ao contrário, um único pensamento, isto é, se, para Ariès, sociedade ajustada e privatização da família implicam-se

3 É importante ressaltar aqui que a análise efetuada por Ariès com respeito à hipertrofia dos papéis familiares vem acompanhada da hipótese de que a causa deste fenômeno estaria na decadência da cidade e da sociabilidade pública (meados do século XX). Como conseqüência, o autor aponta para a impossível tarefa a que teria sido submetida a família, isto é, substituir a sociabilidade destruída do século XIX. A conclusão lógica desta situação estaria, de acordo com Ariès, no fato de que é necessário situar a "causa profunda da crise atual da família" na cidade, e não nela mesma. Ver o artigo *Família e Cidade,* incluído na coletânea *Família, Psicologia e Sociedade,* Campus, 1981.

mutuamente, encontramos, em Simmel, a idéia de que a inexistência de um círculo social restrito promove a individualização mas, como vimos, é a própria família que, ao colocar-se como elemento permutador, sofre tal processo. Pode-se perceber, portanto, que as relações entre sociedade, família e indivíduo ocorrem de forma a que entre o primeiro e o último pólo mantenham-se, sempre, movimentos simetricamente inversos. Queremos dizer que se a lógica do argumento de Simmel supõe movimentos similares entre sociedade e indivíduo (a primeira expandindo-se promoveria o desenvolvimento da segunda), encontramos na família o momento em que tais instâncias assumem, necessariamente, trajetórias opostas entre si. Chega-se, com isto, à suposição de que o que hipoteticamente poderia ser um arranjo adequado de forças, torna-se, concretamente, uma impossibilidade, ou seja, a ambigüidade sociológica da família a que Simmel se refere reduz-se, na verdade ao fato de esta individualizar-se no lugar do indivíduo que, ao se ver como um membro de um grupo fechado e destacado, é preparado para atender às exigências inerente à sociedade ao mesmo tempo em que supõe estar promovendo seu próprio processo de diferenciação. Em última instância, é a mesma constatação a que chega Ariès ao afirmar a equivalência entre redução do *espaço* individual e privatização da família. É importante ressaltar, neste momento, que tal função mediadora, cujo fim último é o favorecimento da sociedade em detrimento do indivíduo, vai progressivamente tornando-se incapaz de realizar sua missão sem provocar um acirramento do desajuste básico e anterior entre as duas forças antitéticas — indivíduo x sociedade. Vejamos como isto ocorre.

O próprio processo que levou a família a privatizar-se produz indivíduos/membros que tendem a experimentar a necessidade de levar adiante este mesmo movimento que os transformou em apêndices de uma microcoletividade. Estamos afirmando que é atingido um momento em que o contínuo desenvolvimento de expansão do círculo social mais amplo e o concomitante "curvar-se sobre si mesmo" da família vai dar forma a indivíduos que passam a se constituir em potenciais focos múltiplos de áreas propiciadoras de proteção à sua condição de membros destituídos de singularidade. Tal situação coloca a família diante de um impasse impossível de ser solucionado pelo mero reforço de seu papel enquanto elemento permutador (ao contrário, caso isto procedesse, teríamos não apenas o fortalecimento deste impas-

se como, também, o esvaziamento de sua função mediadora). O surgimento das áreas acima mencionadas constrói-se, portanto, a partir de uma oposição à autonomia que marca o infinito caráter expansivo do círculo social mais amplo. No entanto, o trajeto, por elas seguido, marca-se por uma considerável indefinição de formas que possam, enfim, estabelecer uma instauração concreta de individualidades em permanente atuação. Esta indefinição é, apenas, o resultado do que citamos acima como o impasse gradativo vivido pela família, isto é, a posição estratégica em que esta se situava tornou-a a própria responsável pela constituição de indivíduos em busca de uma dissociação quanto à sua condição de membros unidos indiscriminadamente pelo sangue. Trata-se, aqui, do que nos referimos como o triplo movimento que unia, ao mesmo tempo, círculo social autônomo/família privatizada/indivíduos-membros. Atingida tal situação (em si contraditória) onde a família não pode atender a ambos sem provocar o conflito, ou seja, o excessivo reforço do que funda a intimidade de uma célula familiar nuclearizada, provocando, cada vez mais, uma maior autonomia do primeiro e progressiva procura por "áreas de proteção" dos últimos, leva a que tanto família e indivíduo recorram a instâncias outras que permitam achar a solução deste mesmo impasse. Obviamente, o pedido de auxílio se dá em função de interesses diversos. A família busca manter sua posição de mediadora para que possa perpetuar-se como tal (indivíduo-coletivo) a partir de uma reintegração daqueles que ameaçam romper a linearidade do movimento em que se tornou elemento indispensável. Por seu lado, o indivíduo, não mais encontrando na família um reduto para a liberação do que, a princípio, deveria constituir-lhe em essência — o sentimento de unicidade — vai, também, buscar outras formas de reafirmação de sua identidade.

Interessa-nos, neste momento, pensar que formas são estas que, do lado do indivíduo, vão abrir, desta vez, brechas para uma expressão genuína da individualidade. A julgar pela ambigüidade com que os indivíduos foram introduzidos na vida social (família promovendo e neutralizando o *self*), torna-se evidente que a procura se dará em bases que impeçam a reconstituição literal de seu processo de socialização primária. Ao mesmo tempo, dado o peso que possui a forma família no imaginário destes sujeitos, quaisquer inovações tenderiam a conduzi-los ao mesmo ponto de partida, isto é, a criação de formas próprias de emergência da indi-

vidualidade conflitar-se-iam com tal forma geral na qual foram socializados. O resultado deste estado de perda de referenciais em que a identidade pudesse se ancorar sem chocar-se com instâncias já interiorizadas e, portanto, sem repetir o mesmo movimento de submissão a uma forma suprapessoal de reasseguramento do *self*, conduz à situação característica de demanda terapêutica. Na demanda de tratamento, a psicanálise encontra-se privilegiadamente situada para operar como organizadora desta individualidade que se insinua como efeito de todo o processo a que vimos nos referindo. Entendendo-se a psicanálise como instrumento ordenador e dotado da capacidade de re-situar sujeitos a partir de um estado inicial onde foi constatada a perda de habilidade na manipulação de seus próprios sentimentos e, portanto, agindo através do próprio indivíduo, levando-o a um processo final de conversão em si mesmo, parece-nos óbvia a afinidade existente entre tal procura por agências reafirmadoras de identidades e o procedimento de individuação [4] efetuado pela psicanálise.

Um outro ponto importante a ser refletido aqui é a predisposição encontrada em tais sujeitos à busca específica da psicanálise. Esta questão prende-se a uma discussão mais ampla referente à associação entre a instalação de uma cultura psicanalítica e os problemas advindos das transforções da família no decorrer de seu processo de nuclearização. Como vimos, a família, ao tornar-se um domínio individual, precipitou um conflito que se apresentou externamente de duas formas distintas, isto é, a anulação de um espaço para a individualidade ao impor-se enquanto indivíduo-coletivo e, simultaneamente, o contraste com formas de família historicamente anteriores inevitavelmente persistentes no interior destes mesmos sujeitos agora transformados em membros de grupos fechados sobre si mesmos. Deste modo, deparamo-nos com situações conflituosas que pedem e exigem soluções condizentes com o próprio processo de mudança social. Estariam estabelecidas, aqui, as condições básicas para o fenômeno da invasão da psicanálise. Esta apenas encontraria nas dificuldades inerentes a tal modalidade de família relativamente à inadequação de

---

4 Termo sugerido por Figueira (1981) indicando a organização dos indivíduos por um conjunto de meios que lhes seriam exteriores. Tais meios seriam proporcionados pela psicanálise, essencialmente, capaz, assim, de realizar a missão antes efetuada pela sociedade.

seus membros ao conjunto de expectativas e ideais que lhe são próprios, o meio mais eficaz de transformar-se naquilo que, em essência, constitui, ou seja, a sua condição de sistema simbólico capaz de proporcionar uma ordenação da experiência social dos indivíduos sobre os quais atua. Desta maneira, estamos encarando o esfacelamento da família extensa (onde as relações de parentesco assumiam um papel central na organização dos grupos sociais) e a gradativa autonomia da família conjugal (com a condensação em seu interior de funções várias antes realizadas pela família extensa) como produtora de um estado em que, potencialmente, existe a urgência pela intervenção de práticas terapêuticas que possam captar a necessidade por guias de conduta próximos ao embaraço a que indivíduo e família foram abandonados neste processo de transição. Estamos, assim, diante de um quadro social em que foram lançadas as bases para a constituição do que mencionamos acima como uma cultura psicanalítica (associada a uma forma de individualismo colada ao tipo de família correspondente) onde, especialmente, a psicanálise é chamada a interferir para solucionar seus conflitos possibilitando, com isto, a radicalização desta mesma estrutura ideológica a que ela vem acudir e que, a partir da qual, torna-se a versão mais refinada.

Uma vez apresentadas as questões mais gerais que, por ângulos diversos, caracterizariam a problemática com a qual estamos comprometidos, tentaremos unir, agora, a especificidade dos trabalhos incluidos na coletânea "Família, Psicologia e Sociedade" com determinados momentos de nossas reflexões.

Aproveitando a seqüência de nossa exposição daremos continuidade às últimas colocações referentes à expansão da psicanálise a partir do artigo de Figueira ("Psicanálise e História: A História Psicanalítica de Alain Besançon"). Neste trabalho, o autor examina os motivos que, do lado exclusivo da psicanálise, permitem seu uso para fora do âmbito limitado a que estaria restrita caso não lhe fosse constitutivo este mesmo movimento de disseminação por áreas vizinhas. Vimos, até agora, o porque da procura por práticas terapêuticas com base nas transformações internas à evolução da família e à explosão de suas contradições em nossa outra unidade de análise — o indivíduo. Veremos, neste momento, o que, em sua essência, faz com que exatamente a psicanálise seja capaz de se aproximar ao estado

mais adequado para o atendimento destas exigências. Para tal, precisaremos tomar, por breves instantes, a psicanálise como nosso objeto de reflexão.

O citado autor parte de uma premissa básica: a constituição da psicanálise marca-se pelo seu poder de homogeneização, isto é, esta traz como característica distintiva a capacidade de alongar-se por campos díspares, e, ao mesmo tempo, uniformizá-los de acordo com seus próprios princípios. Neste sentido, Figueira aponta para a impossibilidade de se distinguir os momentos de fundação e difusão da psicanálise, uma vez que esta teria, na sua raíz, condições não só para absorver fenômenos os mais distintos promovendo sua re-definição através do raciocínio psicanalítico, como também para provocar o movimento inverso que, nos termos do autor, traduz a sua "vocação centrífuga". O outro conjunto de questões que este artigo apresenta liga-se ao que é definido como "vertente negativa da homogeneização". Figueira afirma a possibilidade de se atingir tal segundo momento a partir de uma preocupação única: a objetificação da psicanálise, ou seja, tornar a psicanálise objeto de estudo seria pensar a vertente negativa que, por sua vez, produz-se no momento mesmo em que está em ação seu outro lado. Assim, unindo-se constituição e difusão e, portanto, *construindo* a psicanálise, deixa-se à margem uma série de questões necessariamente impensadas que, em última instância, formulariam as condições pelas quais é possível a inexistência de fronteiras entre o exterior e o interior da psicanálise. Estas questões dizem respeito à própria inserção da psicanálise na sociedade e, portanto, aos meios de uma limitação que nunca, seguindo este raciocínio, poderia transformar-se em uma autolimitação. Esta impossibilidade seria, simplesmente, fruto de sua essência centrífuga, tornada óbvia através de dois fatores interdependentes: a ausência de uma teoria do social na psicanálise e, paralelamente, sua vocação histórica de substituir-se à sociedade. [5] Objetificar a psicanálise seria, assim, encarar suas autodefinições como meras representações de valor igual às de um público mais vasto e, portanto, pensá-la como prática social que não tem meios de reconhecer-se como tal. Para que esta meta seja alcançada, é fundamental, então, perceber a psicanálise de fora do espaço especificamente psicanalítico,

---

5 Diretamente presa a estes dois fatores estaria a ilusão de que a psicanálise possuiria uma teoria da sociedade e da cultura.

sendo a união interdisciplinar psicanálise/antropologia uma das possíveis vias de acesso a este fim.

Importa-nos, aqui, pensar (com base nas colocações de Figueira) a respeito da adequação da psicanálise à situação eminentemente conflituosa em que se encontram família e indivíduo a partir do processo de mudança social que opõe formas distintas de organização familiar. Não estaremos, entretanto, abandonando a afirmação feita acima quanto à importância de um caminho antropológico como uma das tentativas em se levar adiante a tarefa de objetificação/relativização da psicanálise. Assim, estaremos, ao mesmo tempo, introduzindo questões trazidas pelo artigo de Velho ("Parentesco, Individualismo e Acusações") ao buscarmos os pontos de contato entre duas pesquisas que, à primeira vista, teriam preocupações distintas.

De acordo com as suposições de Figueira, a psicanálise, ao operar a transformação de objetos de áreas vizinhas em homólogos de seus próprios objetos, torna-se poderosa o suficiente ao ponto de poder efetivar a passagem da difusão à saturação, tornando, assim, inconcebíveis quaisquer outras leituras dos fenômenos aos quais é aplicada, sem localizá-las, mais uma vez, dentro de seus amplos limites. Nestas condições, a psicanálise encontra-se plenamente capaz de fazer valer (tal qual em nosso caso) como dificuldades exclusivas ao indivíduo o que, em verdade, é um complexo movimento situado no plano do social. Referimo-nos à habilidade que teria a psicanálise em promover uma visão bastante específica e condizente com a "vertente negativa de seu poder de homogeneização" do processo pelo qual passa a família na sua evolução. As bases históricas deste movimento passam pelo filtro psicanalítico que, agora, invertem a seqüência e partem do indivíduo como instrumento de análise para sua compreensão (indivíduo psicologizado e, portanto, evidência de uma relativização impossível nestes moldes).

Uma maneira de se fugir a este reducionismo e, com isto, promover a objetificação da psicanálise que mencionamos há pouco, é pensar o terreno que permitiu a formação de uma cultura psicanalítica através de uma redefinição deste indivíduo psicologizado e, assim, situarmos fora do âmbito da psicanálise o que ela pretende denunciar como tendo origem em seus pressupostos. Esta questão já foi apontada anteriormente quando explicamos os efeitos da inadequação entre a forma família do tipo tradicional e o processo

de nuclearização que deu nascimento à família enquanto um indivíduo-coletivo. O conjunto de problemas relativos a este processo encontra-se presente no citado artido de Velho. [6] São indicadas, aqui, situações características ds conflito entre o modelo de família centrado na relação pais/filhos com todas as condições que lhe são típicas (entre elas, sociabilidade restrita, concentração da afetividade, controle exaustivo pais-filhos, ambições relativas à ascenção social, etc.) e sujeitos integrantes desta mesma célula familiar que não demonstram hábitos e aspirações condizentes com tais expectativas. Algumas destas situações são claramente delineadas a partir da rejeição, por parte dos jovens, em assumir um padrão de vida baseado nos valores de produtividade e prosseguimento do ideal de ascensão que define o projeto familiar. Resta-nos, então, juntar estas reflexões com o que denunciamos acima como relativização da noção de indivíduo, tornando, assim, possível algo próximo ao movimento de objetificação da psicanálise.

O simples fato de se compreender as mudanças na organização da vida familiar como geradora de uma demanda terapêutica indica estarmos invertendo o procedimento usual da psicanálise, uma vez que estamos colocando-a no seu local preciso de atuação social. A categoria indivíduo, dentro deste contexto, é pensada não a partir de esquemas psicanalíticos tradicionais mas, ao contrário, com base em indagações referentes à possibilidade de divergências quanto à maneira de se dar ênfase a esta mesma categoria no interior de um único grupo social (ou mesmo entre diferentes grupos sociais), como, por exemplo, entre faixas etárias distintas. Assim, torna-se plausível a compreensão da estreita ligação entre um determinado tipo de individualismo dominante (essencialmente psicologizado) e as condições necessárias para a instalação de uma expansão da psicanálise. No entanto, uma vez questionada esta união e re-pensada a unidade indivíduo, com a qual trabalha a psicanálise, através das condições sociais em que é produzido o terreno para o surgimento de um "apetite terapêutico", atinge-se o distanciamento necessário para a objetificação da psicanálise. Trata-se, portanto, da certeza de que a noção de indivíduo (enquanto presa a uma visão de mundo típica de setores dominantes da sociedade) está associada à formação de uma

6 Este artigo está voltado, especificamente, para a análise de tal fenômeno e suas conseqüências em referência à sociedade brasileira.

cultura psicanalítica, exigindo deste modo, a devida localização da complexidade de processos que dão origem a tal fenômeno (entre eles, a família, movimentos políticos, ideologias renovadoras, etc.) para que, então, seja possível uma visão de fora dos limites da psicanálise e, com isto, a relativização da mesma.

Seguindo nossas reflexões acerca da psicanálise, o artigo de Russo e Santos ("Psicanálise e Casamento") parte de questões bastante específicas às possíveis relações entre ambas as instituições que, como veremos, apontará para certos temas a que vimos nos detendo até o momento. A hipótese básica do texto é a de que o processo psicanalítico comungaria com o casamento individualista moderno na sua função de pós-educação, ou seja, com o fim que teriam de suprir os hiatos provenientes das decontinuidades entre a socialização primária e secundária. Neste sentido, as autoras (com base nas posições de Berger e Kellner) supõem a incoerência resultante da multiplicidade de definições da realidade com que o sujeito é defrontado ao realizar a passagem de um tipo de socialização a outro como produtora de experiências desorganizadoras que, por sua vez, tenderiam a levar este mesmo sujeito à busca de relações em que pudesse reviver a intensidade do tom afetivo característico da primeira infância (socialização primária). Psicanálise e casamento seriam, então, exemplos de situações em que tal problema de dissociação entre ambos os tipos de socialização seriam solucionados. O sucesso destas instituições estaria na sua qualidade de agências nômicas, isto é, cônjuge e analisando tornar-se-iam sujeitos que assimilam formas exclusivas de redefinição de si mesmos e dos outros pela função essencialmente retroativa em que aquelas se baseiam. [7]

Vejamos de que maneira podemos aproximar as contribuições deste trabalho com algumas de nossas questões anteriores. Havíamos assinalado a importância de uma compreensão da ampla difusão da psicanálise a partir de uma perspectiva que a objetificasse. Vimos só ser possível esta tarefa caso não fossem utilizadas categorias de análise comprometidas com a teoria psicanalítica (não importando em qual orientação específica desta última se buscasse apoio). O artigo a que vimos mencionando apresenta, claramente, uma

---

7 Ressalte-se aqui a advertência feita pelas autoras relativamente à possibilidade de choque entre ambas as "instrumentalidades produtoras de nomos" dada a semelhança de seus mecanismos.

via de acesso ao nosso objetivo ao apontar para a necessidade de se localizar a psicanálise dentro de um contexto histórico mais amplo. Deste modo, aproximamo-nos novamente do processo de constituição da família nuclear moderna como condição indipensável para o afloramento de práticas médico-pedagógicas que substituíssem as lacunas deixadas pelo desmantelamento da grande família. De acordo com alguns autores (entre os quais, Donzelot), teríamos ambos os fenômenos ocorrendo paralelamente, isto é, por um lado, o estabelecimento da sociedade industrial moderna e, com ela, o movimento de aburguesamento de segmentos desta mesma sociedade (família nuclear, casamento monogâmico, etc.) e, por outro lado, a criação de um tipo distinto de poder calcado em procedimento progressivos de psiquiatrização e psicologização do conjunto das instituições de controle social. Chegamos, portanto, às conclusões do referido artigo quanto a este problema: a psicanálise é mero produto do processo de industrialização ao qual se submeteu a sociedade, uma vez que condiz com as características definidoras de exercício do poder em uma sociedade liberal.

Unindo-se estas hipóteses com as suposições de Figueira a respeito do poder de homogeneização intrínseco da psicanálise, temos formado um quadro em que se esboçam traços de uma visão que possibilita compreender a que exigências responde o fenômeno de expansão da psicanálise e, ao mesmo tempo, percebe como esta urgência encontra na referida ciência um saber que se constitui internamente por procedimentos que muito se assemelham ao modo pelo qual ela é intimada a atuar externamente. [8]

A partir de uma preocupação não diretamente ligada às considerações feitas até o momento relativamente à psicanálise, mas atingindo-a através do exame de concepções de família e infância encontradas em um projeto de assistência materno-infantil para mulheres-gestantes de camadas sociais populares, o artigo "Concepções de Família em Atendimentos Psicológicos fora do Consultório: Um Estu-

---

8 A discussão relativa à simultaneidade de ambos os momentos de constituição da psicanálise, ou seja, o saber que se define na sua extensão e, portanto, "criação de homólogos", exigiria maiores cuidados quanto à análise de uma possível anterioridade ou não de um deles.

do de Caso", pode permitir-nos dar prosseguimento ao que tem sido referido como objetificação da psicanálise.

O estudo de Lo Bianco parte de um objetivo central: delimitar fronteiras para o trabalho com grupos sociais cujos padrões culturais divergem daqueles que os atendem. Para tal, efetua a análise de uma experiência de Higiene Mental Materno-Infantil onde vão ser confrontados os pressupostos deste projeto com o que é constatado, da parte do grupo de gestantes examinado, como concepções próprias acerca de uma série de questões referentes à família e infância. Percorrendo um longo e detalhado caminho de análise do projeto em questão, a autora conclui por certos traços definidores do mesmo, em que estaria presente a marca de uma psicologia de base psicanalítica estreitamente associada a uma forma de família muito específica. Trata-se, mais uma vez, do conceito de família nuclear moderno com a concomitante ênfase dada à preocupação com a infância.[9]

Um outro trabalho incluído nesta coletânea ("Privação Cultural, "Privação Lingüística" e Família"), traz-nos reflexões semelhantes quanto à relativização dos conceitos de família e infância. Antes de buscarmos as possíveis associações dos argumentos acima expostos com o que apontamos acerca da psicanálise e sua objetificação, apresentaremos, esquematicamente, as contribuições deste segundo trabalho para com a análise dos conceitos mencionados.

O artigo de Nicolaci da Costa visa a problematização das noções de "Privação cultural" e "privação lingüística" e a subseqüente transformação da família em foco de intervenção institucional. A partir de considerações a respeito do contexto de emergência do conceito de "privação cultural" que teria produzido a passagem de uma orientação "pré-determinista" a uma orientação "ambientalista".[10] a autora aponta a importância concedida à família pelas disciplinas psicológicas, educacionais e pelas Ciências Sociais. Esta vai assumir, novamente, papel decisivo na formação de um bom desenvolvimento intelectual, dado o cuidado excessivo com os primeiros anos de vida da criança. O subconceito de "privação lingüística" estaria vinculado à noção anterior (com base nos trabalhos de Bernstein) como um outro conjunto

---

9 Tal fato apontaria para a orientação, basicamente etnocêntrica que perpassaria este projeto e quaisquer outros aplicados nas mesmas condições.

10 Para uma definição dessas noções, ver o artigo citado em Família, Psicologia e Sociedade : 184/187.

de deficiências que caracterizariam tais famílias culturalmente privadas. Como resultado de um novo discurso científico-político que teria desvinculado os insucessos das populações de baixa renda (negros, especialmente) do fator racial ("orientação pré-determinista"), surge a criação de um espaço próprio para a intervenção de instituições médico-psiquiátricos, educacionais, etc. — a família.[11]

Nosso interesse, neste momento, é voltar um pouco atrás e, a partir das proposições dos dois artigos aqui referidos, atingirmos o tema que vem conduzindo o fio de reflexões aparentemente diversas — a objetificação da psicanálise.

Percebemos, em Lo Bianco, que a cada "situação problemática", com que as participantes do projeto se deparavam, corresponde uma reinterpretação que a remete ao âmbito do sujeito-"indivíduo". Constatamos, ao mesmo tempo, que tal procedimento traduz a associação existente entre uma certa concepção de família e as bases psicanalíticas que orientavam o projeto. Em seguida, a mesma autora aponta para a existência de concepções diversas (originárias de dentro das camadas mais baixas da hierarquia social) quanto ao significado de família e infância que produziam os impasses que, neutralizados pela perspectiva etnocêntrica que comandava o citado programa, passavam imediatamente a ser referidos às dificuldades inerentes às próprias pacientes. O resultado dessas considerações é, no nosso entender, bastante claro. Estamos diante de hipóteses anteriores nossas em que afirmamos o casamento da psicanálise com um tipo de categoria que organiza a visão de mundo de certos setores dominantes da sociedade: o indivíduo, ou melhor, o indivíduo psicologizado, fruto de um tipo preciso de individualismo — aquele que faz possível ou que clama pela chancela reasseguradora de uma cultura psicanalítica. A explicitação dos impasses de um projeto de assistência a gestantes moldado em bases coerentes com o modelo de família nuclear traz à luz a evidência da necessidade de relativização desta unidade indivíduo (tão bem integrada ao fenômeno psicanálise) pelo simples fato de que existem formas diversas de individualismo que não se integram à forma dominante que a psicanálise, quando não objetificada, não só sustenta como revigora.

---

11 A seqüência do artigo é dada pela denúncia e implicações do "etnocentrismo de classe média" que marcaria ambos os conceitos citados.

Parece-nos, portanto, que a importância do trabalho de relativização dos conceitos de família e infância nos dois artigos mencionados, apesar de enfocarem temáticas distintas, está no reforço que oferecem a uma compreensão da amplitude de significados que englobam, de uma só vez, questões como indivíduo, família e psicanálise.

Dois outros estudos, um relativo ao exame da privacidade ("Um Exame Sociopsicológico da Privacidade") e outro dedicado aos possíveis fatores causadores da esquizofrenia ("O Esforço Para Enlouquecer o Outro: Um Elemento na Etiologia e na Psicoterapia da Esquizofrenia"), buscam de ângulos diversos, trazer contribuições para as questões referentes às relações indivíduo/sociedade, partindo, no entanto, de preocupações centradas em abordagens próximas ora à psicologia social, ora à psicanálise, o que explica a relativa descontinuidade de ambos para com a discussão travada até este instante.

O primeiro desses estudos centra-se na inter-relação entre privacidade, poder e normas. Partindo da idéia de que uma área de privacidade constitui uma situação social ambígua proveniente de um possível estado de transição entre um rígido controle normativo e a permissividade, o autor crê serem as condições para a constituição da referida área indicação de que o indivíduo que nela esteja imerso não estaria sujeito ao poder social. Assim, uma relação interpessoal ou entre grupos marca-se por características coercitivas imanentes que a privacidade rejeita não pela simples ausência mas, ao contrário, pela negação destas relações no que estas teriam em potencial, isto é, a possibilidade de afetar o comportamento de um sujeito. É desta maneira que Kelvin conclui pela suposição de que a base da "privacidade percebida" [12] é a limitação positiva do poder percebido dos outros (ou mesmo, poder potencial do outro). A indicação de uma limitação positiva refere-se inversamente à relação com uma limitação positiva refere-se inversamente à bilidade de criação de área protetoras aos efeitos de pressões normativas pelo simples fato de que aquela implica, logicamente, ausência de leis.

O segundo trabalho, partindo de uma orientação voltada para esquemas de base psicanalítica, define-se pela hipótese de que o início de qualquer tipo de interação inter-

---

12 Esta expressão é fruto do mesmo raciocínio, ou seja, a privacidade existe como um aspecto dos relacionamentos.

pessoal, com tendências a provocar um conflito emocional em um dos agentes, mostra-se como um meio de levá-lo à loucura (esquizofrenia). Com base nesta argumentação central, o autor examina uma série de situações em que comprova a presença de um esforço (geralmente inconsciente) para que esta desintegração psíquica ocorresse. Dentre estas situações, a relação paciente-terapeuta aparece como uma das mais propícias para a realização deste modo de interação, onde o autor adverte para o fato de que desejos reprimidos deste último poderiam estar também em ação.

Pode-se observar, assim, que ambos os artigos (em especial o de Searles) conduzem suas análises tendo o indivíduo como foco paralelamente à reflexão sobre áreas de manobra a que este teria acesso ao se engajar em relações interpessoais. É assim que Kelvin define a privacidade como constituída no interior de uma relação social (a interação) mas, ao mesmo tempo, como prova da existência de espaços na sociedade para a negação do controle que esta exerce sobre o indivíduo. Segundo a autor, não uma negação necessariamente ilusória, mas ao inverso, uma negação *de fato* que não exclui, obviamente, a convicção de que a dualidade (ou nos termos de Simmel, o impulso dualístico no plano do "padrão relacional" indivíduo/grupo) seja mantida.

Por seu lado, Searles atribui fenômenos de desordem psíquica (no caso, a esquizofrenia) causas localizadas no interior de relações marcadas por fortes vínculos afetivos em que o sujeito seria vítima indefesa de "conflitos inconscientes" do outro. Novamente, é com base numa concepção psicologizada do indivíduo que se analisa certos efeitos de relações entre agentes sociais (seja paciente/terapeuta ou mãe/filho). Temos, portanto, duas abordagens em que é concedida uma certa autonomia ao indivíduo (enquanto unidade psicológica socialmente constituída) frente às condições limitadoras que o caráter imanente do social necessariamente impõe. A evidência das afinidades existentes entre tais estudos e as reflexões que tem na psicanálise seu suporte fica bem claro quando se pensa a formação de áreas da mencionada autonomia como resultante de um movimento que tem origens, unicamente, em idiossincrasias relativas ao próprio indivíduo.

O ensaio "Namoro à Antiga: Tradição e Mudança" apresenta particularidades que, de uma certa forma, colocam-no a uma relativa distância das outras pesquisas sobre as quais

vimos conduzindo a discussão dos temas com os quas estamos comprometidos. Neste trabalho, Azevedo busca uma caracterização de um setor específico da cultura brasileira (o namoro tradicional), visando, a partir daí, traçar a complexidade de inter-relações que unem a família, o casamento, o noivado e o namoro atual, com o propósito de alcançar uma visão totalizante daquela cultura. É com esta intenção que o autor delimita exaustivamente a individualidade estrutural e funcional do namoro tradicional no complexo do noivado e, ainda, nos mostra as peculiaridades dos estilos de "fazer a corte" que inevitavelmente precedem, ao se constituir em fases e processos, o casamento em todas as sociedades.

Através de uma cuidadosa definição dos traços constitutivos do namoro em que supõe um misto de idiossincrasias referentes aos indivíduos participantes e os interesses abstratos da coletividade,[13] o autor apresenta, gradativamente, os passos pelos quais a "díade enamorada" passa até atingir o instante máximo de consolidação das expectativas sociais — o casamento solene. É, deste modo, que a passagem namoro/noivado supõe fases evolutivas que, de certa forma, prevêem em cada uma delas, o conjunto de ideais e normas que definirão a seqüência seguinte.

Em acordo com uma hipótese relativa à intromissão progressiva do amor romântico (surgido a partir do século XIX e base do casamento individualista moderno), o trabalho é concluído com a afirmativa de que a sociedade brasileira se caracterizaria pela coexistência de um padrão tradicional que manteria uma relação dialética com o modelo familiarista da sociedade de classes de origens patriarcais e patrimoniais, com patrões emergentes do namoro permissi-

---

13 A argumentação de Azevedo referente à formação dos pares amorosos como resultando do que é denominado como a combinação de elementos autógenos derivados da maturação orgânica e de comportamentos sociógenos, muito se assemelha, em nossa opinião, às proposições de Simmel quanto ao casamento e ao ato sexual. Compare-se a posição acima com o seguinte trecho deste último autor: "A combinação peculiar de elementos subjetivos e objetivos, pessoais e suprapessoais ou gerais, no casamento, deriva do próprio processo que forma sua base — a relação sexual." E mais: "Por um lado, o intercurso sexual é o processo mais íntimo e pessoal; mas, por outro lado, ele é absolutamente geral, absorvendo a própria personalidade a serviço da espécie e na exigência orgânica universal da natureza. O segredo psicológico deste ato reside em seu caráter duplo, em ser simultaneamente pessoal e impessoal..." (Simmel. 1964 : 131).

vo e individualista que, segundo o autor, seria organizado em determinados moldes estruturais e éticos onde se fundiriam as antigas fases e onde atuaria, ao mesmo tempo, um conjunto de valores não totalmente integrados. É por este caminho que podem ser entendidas as últimas colocações do autor em que são associados temas como: mudanças experimentadas pela família em sua estrutura e organização (urbanização, crise da cultura, etc.), padrões de enamoramento mais flexíveis, problemas de relacionamento afetivo entre jovens[14] e outros, derivados do mesmo conjunto de transformações sofridas pela sociedade brasileira no decorrer de seu processo evolutivo.

Apesar da singularidade que marca a temática deste último ensaio, algumas ligações com pesquisas anteriores despontam, principalmente, a partir de suas conclusões finais. Entre elas, as hipóteses referentes à simultaneidade de traços culturais correspondentes a formas distintas de modelo familiar. Tais sugestões deixam claro estarmos, uma vez mais, às voltas com o tema das dificuldades enfrentadas por uma forma de família que recebeu, como herança, a quebra da coesão interna das parentelas, a ruptura com valores culturais antes solidamente enraizados e, acima de tudo, a descontinuidade com que se deu seu brusco surgimento histórico em relação à persistência destes mesmos valores tão fortemente internalizados num momento anterior da formação de seus sujeitos.

Outros trabalhos, incluídos nesta coletânea, dizem respeito a um conjunto de questões que, embora também voltadas para os problemas da articulação indivíduo/sociedade, apresentam especificidades a que vamos nos deter agora. Estaremos abandonando o terreno exclusivo à discussão das contradições inerentes à família moderna (já interrompida com as duas últimas exposições) para nos situar no solo mais amplo dos temas referentes às relações entre família e parentesco.

Dentro deste contexto, o artigo de Abreu Filho ("O Parentesco como Sistema de Representações: Um Estudo de Caso") aponta para a importância de análises que não reduzam o parentesco à família e, com isto, deixem de verificar a possibilidade de existência de um sistema de represen-

---

14 Decorrente entre outros fatores, da anomia ética na família, fruto em última instância, do enfraquecimento dos valores cristãos que sustentaram a família monogâmica ocidental.

tações que possa se atualizar ao nível do parentesco. Invertendo o procedimento tradicional no estudo de sociedades modernas, em que a constatação de que as relações de parentesco não estruturam as relações sociais e autonomizam-se no domínio do privado (a família) promove reflexões unicamente centradas nas funções desempenhadas pela família nuclear (com o esquecimento subseqüente do parentesco como unidade de análise), o artigo em questão propõe uma concepção deste último como domínio cultural, ou seja, um sistema de símbolos. Neste sentido, o autor adverte para a articulação que o parentesco, enquanto domínio específico, permite realizar entre um sistema de representações e um sistema de símbolos. Neste sentido, o autor adverte para sua localização no sistema ideológico abrangente. Temos, então, o estudo do parentesco colocado de forma tal que este se transforma em um meio fértil de compreensão de aspectos vários da vida social.

Um outro trabalho ("Família e Doença Mental em Londres: Dois Estudos de Caso"), partindo de uma temática diversa, apresenta problemas relativos aos movimentos inerentes à unidade familiar em relação ao "network" quando se depara com um um momento preciso de crise — a doença mental. A importância deste artigo reside, ao mesmo tempo, na interpretação que nos é dada dos sistemas explicativos acionados pelos sujeitos de ambas as famílias para a compreensão dos eventos que desencadearam as situações dramáticas da crise. Assim, Perelberg associa a forma pela qual cada família tenta lidar com o fenômeno da doença mental com as próprias condições em que esta foi reconhecida como tal. Temos, então, como hipótese central deste trabalho, a compreensão do referido fenômeno enquanto um dado a respeito de uma cultura e de uma estrutura social determinada, e, como seu objetivo, detectar a relação existente entre o tipo de rede social da família (e o tipo de divisão de papéis) e os movimentos de contração ou exteriorização pelos quais passa a família ao enfrentar-se com tal situação.

De acordo com esta pesquisa, fica clara a importância das redes de parentesco (como parte do conjunto das relações sociais) para o modo de interpretação dos eventos que, porventura, se destaquem da regularidade que constitui a vida cotidiana. O maior ou menor vínculo com a comunidade, a ênfase na privacidade e autonomia da família nuclear, etc., são elementos responsáveis para a própria constituição de uma visão de mundo e de um ethos específicos

a cada modalidade de organização familiar. Assim, o indivídua neste caso, recebe o rótulo de doente mental, teria realizado a inútil tentativa de romper limites dados a partir das representações sobre família e parentes nas quais foi socializado. Notamos, portanto, pontos de contatos com a pesquisa anterior, uma vez que o valor das categorias ali examinadas (sangue, raça, etc.) enquanto expressões de um sistema de representações que define o domínio do parentesco e da família, mostram o mesmo caráter indispensável para a compreensão do conjunto de domínios e esferas da cultura na sua totalidade.[15]

Este artigo visou uma apresentação e reflexão acerca do conjunto de questões que atravessam a problemática referente aos temas indivíduo, família e sociedade. Com este objetivo, partimos de considerações gerais relativas à família e às mudanças por que passa com a concomitante constituição de um domínio privado que, por si, já introduzia temas vários. Entre estes, a relativização da noção de indivíduo, o fenômeno da expansão da psicanálise (paralelamente à sua objetificação) e uma série de outros tópicos interligados aos movimentos inerentes a tal processo de nuclearização sofrido pela família ocidental moderna. Num segundo e último momento, apoiamo-nos nos trabalhos incluídos na coletânea "Família, Psicologia e Sociedade", onde buscamos ilustrar e enriquecer nossa discussão através das contribuições mais específicas que traziam em acordo com o objeto de suas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

DONZELOT, J. *La Police des familles*. Paris, Minuit, 1977.

DUMONT, L. *Homo hierarchicus; an essay on the caste system*. Chicago, The University of Chicago Press, 1970.

———. *Homo aequalis: tenèse et epanouissement de l'idéologie économique*. Paris, Gallimard, 1977.

FIGUEIRA, S. *Individualismo e psicanálise*. Rio de Janeiro, PUC/Departamento de Psicologia, 1978. (T.M.)

———. Notas introdutórias ao estudo das terapêuticas I: Lévi-Strauss e Peter Berger. In: FIGUEIRA, S. A. (org.) *Sociedade e doença mental*. Rio de Janeiro, Campus, 1978.

15 Trata-se da constituição de um "ethos" e "eidos" que traçam as fronteiras de atuação do indivíduo.

———. Notas introdutórias ao estudo das terapêuticas II: Robert Castel e Michel Foucault. In: FIGUEIRA, S. A. (org.) *Sociedade e doença mental.* Rio de Janeiro. Campus, 1978.
FOUCAULT, M. *História da sexualidade.* Rio de Janeiro, Graal, 1977.
LAWRENCE, P. *Georg Simmel.; sociologist and European.* Great Britain, Th. Nelson and Sons.
SIMMEL, G. *The Sociology of Georg Simmel.* Kurt Wolff (org.) New York, The Free Press, 1964.
———. *On Individuality and social forms.* Chicago, The University of Chicago Press.